

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às
4 quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma híbrida a Comissão de Orçamento e
5 Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do
6 senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Anderson de Souza Sant'Ana, André
8 Martins Biancarelli, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Heloise de Oliveira Pastore Jensen,
9 Matheus da Silva Marchetti Martins, Ricardo Miranda Martins e Verónica Andrea González-
10 López. Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Quinquagésima
11 Oitava Sessão Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio, realizada de forma híbrida.
12 Submete à apreciação a Ata da 157ª Sessão Ordinária, consultando se há observações. Não
13 havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 03 abstenções. Passa à Ordem
14 do Dia, com 01 item – 01-D-50813/2022 –, que trata da primeira revisão orçamentária de 2023.
15 Acha que nunca é demais reforçar a importância desse instrumento para a Universidade: diante
16 de tantas mudanças, incertezas, tanto do ponto de vista da despesa, mas sobretudo do ponto de
17 vista da receita, é fundamental a Universidade contar com esse instrumento que permite, a partir
18 da proposta de distribuição orçamentária inicial, poder ir ajustando o orçamento com o fluxo
19 de receitas e também de despesas, o que aumenta muito a eficiência na execução do orçamento.
20 Acompanhando a arrecadação nos primeiros três meses, já tinham a perspectiva de uma queda
21 na arrecadação do ICMS. Hoje estão colocando aqui em números, até porque a própria
22 Secretaria sinalizou para essa mudança da previsão de arrecadação. O senhor Thiago vai
23 detalhar, mas adianta que quando elaboraram a proposta da distribuição orçamentária, a
24 Secretaria informou uma previsão de arrecadação de R\$150 bilhões na quota-parte do estado,
25 e ela reviu essa previsão para R\$144,1 bilhões. O senhor Thiago vai mostrar o impacto que essa
26 redução de R\$6 bilhões trouxe para as receitas da Universidade. Olhando para alguns
27 indicadores importantes, inclusive a sinalização do próprio Banco Central a partir de um
28 levantamento de alguns agentes e também da Fundação Seade, que avalia as previsões de
29 crescimento para o estado, verificam que continuam as previsões relativamente modestas em
30 termos de crescimento, todas elas inferiores a 1%, e uma relativa estabilidade no índice de
31 inflação. Na revisão orçamentária, já está incorporada a mudança na desoneração sobre os
32 produtos dos preços controlados, sobretudo o combustível, a partir de junho. Portanto, mesmo
33 com a redução dessa desoneração isso já está previsto nessa arrecadação, portanto até a segunda
34 revisão a tendência para o final deste primeiro semestre e segundo semestre é muito em cima
35 do que esta primeira revisão está trazendo hoje. Não há nenhuma expectativa de uma
36 recuperação, pelo menos sustentada, da arrecadação, mas pode haver algumas oscilações ao
37 longo do período. E para o lado da despesa também nenhuma previsão de algo que possa trazer
38 grandes diferenças em relação ao que está previsto nesta revisão. Passa a palavra ao senhor
39 Thiago. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que neste demonstrativo de receitas e
40 despesas, ao final do primeiro trimestre, a Universidade se encontra em equilíbrio entre

1 despesas e receitas totais. Quando consideram somente as receitas do Tesouro do Estado,
2 verificam que as despesas já estão superiores em 7,31%. A utilização de recursos de reserva
3 financeira é de R\$288 milhões, relativa às despesas já aprovadas em anos anteriores que são
4 lançadas no Grupo X. Entrando na receita, que é o item mais afetado, em razão do que o
5 professor Fernando já detalhou sobre as mudanças econômicas, estão seguindo mais ou menos
6 o que vêm alertando na COP: a partir de outubro essa receita cai devido à diminuição tanto dos
7 preços administrados como ao impacto total daquela redução da desoneração do ICMS. Então
8 esta revisão apresenta uma queda de 3,27% na arrecadação, praticamente R\$116 milhões, e com
9 isso a arrecadação total da Universidade deve atingir R\$3,428 bilhões. A queda é basicamente
10 causada pela queda do ICMS. No início de abril deste ano, a Secretaria da Fazenda já os havia
11 informado que iria começar a trabalhar com uma nova previsão de arrecadação. Então esse
12 valor foi reduzido em 4,25%, descendo de uma projeção de R\$150,5 bilhões para R\$144,1
13 bilhões, uma redução de R\$6,4 bilhões que gera uma perda de arrecadação para a Universidade
14 de R\$140,6 milhões. Isso é um pouco atenuado pela diferença de arrecadação entre o que foi
15 pago em dezembro de 2022 e o que foi efetivamente financeiro arrecadado, cuja compensação
16 é feita em janeiro. Com isso, a Unicamp recebeu R\$19,3 milhões a mais, o que ajuda a reduzir
17 um pouco essa perda de arrecadação para R\$121,3 milhões. O gráfico mostra que estão com
18 uma arrecadação por volta de R\$11 bilhões por mês, um patamar bem abaixo. Em abril,
19 trouxeram os valores de arrecadação para o patamar previsto pela Secretaria da Fazenda, e no
20 gráfico é possível ver que esses dados previstos são bem aderentes ao que está acontecendo
21 desde o último trimestre de 2022. Então essa arrecadação oficial é aceita pela Universidade e
22 já trabalham com ela desde então. Trazendo isso em valores reais, percebem que o primeiro
23 trimestre de 2023 é praticamente 12% menor do que o primeiro trimestre de 2022, mostrando
24 claramente o impacto dessa desoneração. Quando consideram o exercício total, esse percentual
25 diminui, mas mesmo assim estão perdendo 7,7% em relação a 2022 e estão muito abaixo do
26 que foi a arrecadação dos dois últimos anos, 2021 e 2022. Trazendo isso para o mês a mês, em
27 valores reais, o exercício de 2023 já está muito próximo do que foi a arrecadação de 2019. Então
28 mostra que voltaram ao patamar anterior e os anos de 2021 e 2022 foram exceção. Em relação
29 à receita própria, houve um aumento de R\$5,3 milhões, um acréscimo de 2,23%, e esse
30 crescimento vem exatamente das aplicações financeiras. Optaram nesta revisão por manter as
31 expectativas futuras de arrecadação, foram praticamente R\$5 milhões a mais no primeiro
32 trimestre, mas entendem que daqui para frente pode haver uma queda da taxa básica de juros.
33 Além disso, como trabalharam fortemente no ano passado no PPI, várias obras estão em
34 andamento e podem começar a consumir esse recurso. Dessa forma, preferem manter o patamar
35 atual e se a taxa de juros não mudar, vão acrescentando valores nas próximas revisões. Já as
36 despesas sofreram uma redução e ficaram equilibradas com a queda de arrecadação. Estão
37 3,15% abaixo do montante inicial, praticamente R\$121 milhões menor do que estavam.
38 Apresenta o quadro com todas as alterações, destacando as duas maiores alterações, que são no
39 Grupo I – Pessoal e no Grupo VIII – Projetos Especiais. No Pessoal, a redução se deve à revisão
40 e atualização das projeções de folha de pagamento. Sabem da dificuldade da Universidade com

1 a realização de concursos, então muitas das contratações que já estavam sendo projetadas para
2 acontecer no início de 2023 não aconteceram, por isso foi feita uma nova projeção de
3 contratações, o que reduz essa folha de pessoal em R\$68 milhões. Já incluíram, como aprovado
4 pelo último Consu extraordinário, os recursos seguindo a nova minuta do programa de auxílio-
5 refeição. Também incluíram os recursos que já vêm apresentando nos últimos anos para
6 cobertura de déficit de recursos para hora extra dos hospitais. Observa que o HC está com um
7 valor muito superior ao do ano passado, mas na última reunião do sistema de controle interno
8 foi um assunto levantado pela Controladoria e vão começar a olhar melhor para esses valores,
9 para saber exatamente o que está acontecendo e a melhor forma de resolvê-lo. Os outros grupos
10 não sofrem muita alteração: o Grupo II – Sentenças Judiciais teve os mesmos valores estimados;
11 os Grupos III – Despesas de Utilidade Pública, IV – Restaurantes e Transporte e V – Despesas
12 Contratuais sofreram apenas reajustes previstos em contratos. No caso de despesas contratuais,
13 houve um aumento maior pela transferência de recursos de outros grupos de despesas para os
14 contratos, principalmente contratos das unidades. O Grupo VI – Programas de Apoio apresenta
15 um acréscimo de praticamente R\$2 milhões, sempre sai recurso disso para contratos, mas o que
16 entra aqui de fato de reajuste são três movimentos. O primeiro movimento foi que, com a
17 atualização dos valores em 2023 das bolsas Pibic do CNPq e Capes, que servem como
18 referência, trouxeram esse ajuste para dentro da Universidade, representando um aumento de
19 despesas de por volta de R\$2 milhões. Além disso, as tarifas de transporte público foram
20 alteradas, e a partir disso já estão fazendo um ajuste de praticamente quase R\$600 mil em todas
21 as bolsas que possuem esses itens. E uma novidade é o acerto da Bolsa de Incentivo à
22 Toxicologia; receberam uma solicitação no início deste ano informando que essa era uma bolsa
23 que estava tendo uma dificuldade de atração, uma vez que o valor dela era menor do que o da
24 bolsa de auxílio social. O aluno acabava tendo um prejuízo ao mudar para uma bolsa de valor
25 menor, então igualaram os valores, o que acarretará um aumento de R\$120 mil no ano para a
26 Universidade. O Grupo VII – Manutenção das Atividades traz um valor aparentemente muito
27 alto, mas informaram no fechamento de 2022 que o HC havia recebido recursos do Estado de
28 São Paulo, uma liberação de R\$10 milhões no final de dezembro. Esses valores deveriam estar
29 dentro do Grupo X na proposta, mas eles foram recebidos no final do ano, portanto fizeram a
30 inserção desses recursos dentro do Grupo X como saldo de anos anteriores, uma vez que o
31 financeiro já tinha sido recebido, mas os recursos já foram transferidos para as manutenções
32 para arcar com o custeio do Hospital. Nesta revisão ele aparece como um aumento de despesas,
33 mas não é uma despesa que está crescendo, é um recurso que o Hospital conseguiu
34 posteriormente à aprovação da proposta orçamentária de 2023. O próximo grupo em que a
35 Aeplan efetua ajuste é o VIII – Projetos Especiais, no qual é feita uma redução, até para
36 equilibrar as contas da Universidade, de R\$70 milhões na reserva de contingência, conforme
37 aprovado pela proposta, em função da redução da previsão de arrecadação de ICMS. Entraram
38 o ano com cerca de R\$100 milhões nessa alínea, e hoje possuem R\$30 milhões para as novas
39 alterações da Universidade. Além disso, entram aqui R\$5,4 milhões oriundos do Grupo X
40 referentes a obras e investimentos aprovados em anos anteriores, portanto esse valor sai do

1 Grupo X e entra no Grupo VIII para execução. No Grupo IX – Receitas Próprias, o aumento
2 que aparece é em função da execução das dotações para a área da Saúde cujas despesas não
3 foram realizadas em 2022, e elas entram para ser realizadas em 2023. No geral, ocorreu uma
4 redução de praticamente R\$116 milhões de receitas. Nas despesas referentes ao exercício de
5 2023, acontece a mesma redução e R\$5 milhões vêm para o exercício das despesas de anos
6 anteriores, o que joga lá na frente esse saldo de R\$5 milhões, que é o quanto diminuem as
7 despesas totais da Universidade. Destaca a importância de manter todos os esforços possíveis
8 na otimização do uso dos recursos arrecadados, em função principalmente da redução do
9 patamar de arrecadação no exercício de 2023. Informa que o saldo financeiro em 31.03.2023
10 era de R\$1,789 bilhão. A Professora VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ pergunta
11 se essa variação percentual de menos 4,25% na arrecadação já ocorreu antes. Entende que isso
12 vem em função da desoneração, mas sua dúvida é se esse é o único motivo ou apenas uma parte
13 do problema. Pergunta qual a justificativa que a Secretaria da Fazenda dá e qual é a
14 variabilidade, se pode piorar, qual o desvio-padrão disso. Pergunta também se nos projetos
15 especiais estão incluídas as compras de ar-condicionado, instalações adequadas para o PB e o
16 CB ou se isso está no Grupo VII – Manutenção de Atividades, pois reitera o quão necessário é
17 esse ajuste das condições de trabalho e de estudo dos alunos no CB e PB. O SENHOR
18 PRESIDENTE responde que é sempre difícil fazer comparação com outros anos, lembrando
19 que viveram um período realmente com algumas especificidades importantes, estão saindo de
20 uma pandemia, também houve uma mudança de governo, tanto no nível federal quanto estadual.
21 Então, a revisão era esperada, primeiro pelo fluxo financeiro, e já vinham tratando disso, devido
22 à queda da arrecadação desde o final do último trimestre de 2022. Então, já era esperado, com
23 exceção talvez de dezembro, que janeiro, fevereiro e março repetissem o padrão dos meses de
24 final do ano. É uma gama de fatores, dentre eles a desoneração é um fator importante, a questão
25 dos preços controlados, a questão do próprio nível de atividade da economia como um todo,
26 que continua rodando essa taxa de crescimento muito baixa, e tem também todo o fator político.
27 Dessa forma, tentar traçar alguma previsão para o segundo semestre ou para o ano de 2023
28 como um todo seria bastante arriscado. Devem ser sempre bastante precavidos e cautelosos,
29 então o comportamento da Aeplan e da PRDU tem sido de acatar as expectativas da Secretaria
30 da Fazenda; como ela sinalizou essa queda, essa revisão traz esses elementos. Mas teria um
31 pouco de dificuldade de tentar trazer qualquer prognóstico para o segundo semestre além do
32 que aparece nos indicadores mais usuais. No Boletim Focus, que saiu agora dia 24, não há
33 nenhuma mudança em perspectiva de crescimento, pelo contrário, ele projeta 0,96%, ou seja,
34 menos de 1%, e não há nenhuma perspectiva de redução nem aceleração da inflação, rodando
35 em torno de 6%. Há a discussão em torno da taxa de juros, que todos têm acompanhado pela
36 imprensa, mas é difícil saber qual vai ser o comportamento do próprio Banco Central. Por outro
37 lado, também existe a questão dentro do Congresso de uma possível reforma tributária, que
38 preocupa a Universidade sobremaneira. Também é difícil ter uma previsão de quando virá e
39 como se dará essa reforma. Por todas essas questões, que criam muitas incertezas, fica difícil
40 qualquer tipo de prognóstico, por isso acha que a medida correta a ser adotada aqui é bastante

1 precaução e seguir o que há de concreto. O concreto é a arrecadação desse trimestre, é a
2 sinalização da Secretaria da Fazenda, e é isso que esta revisão traz. Observa que no Grupo X
3 estão aqueles recursos que já foram distribuídos sob vários aspectos para as unidades, para os
4 órgãos, mas que ainda não foram empenhados nem executados. Se entendeu bem, a pergunta
5 da professora Verónica tem a ver com investimentos a serem realizados no CB e no PB, mas
6 isso deve ser tratado dentro do PPI, que nesta revisão não recebe nenhuma alteração, nenhuma
7 proposição de investimento. As demandas para o PPI têm chegado na Depi, têm sido analisadas
8 nos órgãos competentes, e quando tomarem a decisão, trarão para aprovação aqui dentro da
9 COP. Em particular, acha que essas demandas de manutenção do PB e do CB estão dentro desse
10 grupo. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que havia entendido
11 pela fala do Pró-Reitor de Graduação que a compra dos aparelhos de ar-condicionado desses
12 locais já estava em curso, então pergunta em qual desses grupos está, porque deve ter havido
13 uma reserva dos recursos. Quanto a reformas, entende perfeitamente e aceita que isso precisa
14 ser visto dentro do PPI. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que as compras do ar-
15 condicionado do Ciclo Básico estão dentro do Projeto de Eficiência Energética do professor
16 Luiz Carlos, que já passou no PPI do ano anterior. Elas não estão aqui nesta revisão porque
17 estão naqueles recursos do PPI, mas não sabe exatamente em qual estágio isso se encontra. O
18 SENHOR PRESIDENTE diz que então os recursos já estão assegurados, já foram aprovados,
19 e devem estar em processo licitatório. O Professor RICARDO MIRANDA MARTINS diz que
20 o Anexo 1 menciona restituição do imóvel locado para abrigar o Cotuca, e gostaria de entender
21 melhor essa restituição de R\$500 mil que a Universidade recebeu. Complementando a pergunta
22 da professora Verónica sobre o Ciclo Básico, diz que essa situação é recorrente na
23 Universidade. No Imecc, estão escaneando documentos bem antigos, e recentemente
24 escanearam o documento referente a uma reunião do conselho interdepartamental de 1993, que
25 continha uma discussão justamente de um professor reclamando das condições das salas de aula
26 do Ciclo Básico. Claro que era outro Ciclo Básico, antes da construção do atual, mas é curioso
27 como de fato é um problema de falta de manutenção. São muito ruins em contrato de
28 manutenção na Universidade, então as coisas acabam deteriorando e sempre agem depois que
29 já estragou tudo, depois que parou de funcionar. É um problema sério e muito difícil de resolver.
30 O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que na verdade a Universidade está pagando esse
31 valor relativo à locação do prédio que estava alugado para o Cotuca, a título de reformas finais
32 para devolução do imóvel. Houve negociações, parte jurídica, e com isso atrasou um pouco
33 para fazer o pagamento. O professor CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que tinha
34 mais ou menos a mesma dúvida da professora Verónica, se é uma variação normal, se há uma
35 tendência de queda mesmo do ICMS. A segunda pergunta é se o comprometimento da folha
36 situa-se na faixa dos 70% em relação aos repasses do recurso do Tesouro. Em seguida, agradece
37 pelo aumento das bolsas do Ceatox, que era uma demanda da FCM. O senhor THIAGO
38 BALDINI DA SILVA diz que o comprometimento com a folha de pagamento está em 85,44%,
39 e esclarece que 70% foi o percentual com que fecharam em 2022. O SENHOR PRESIDENTE
40 diz que de um lado há as despesas que vão se anualizando cada vez mais, como a das

1 contratações, e por outro lado essa revisão da própria queda da receita, particularmente RTE.
2 Isso fez esse indicador aumentar, e já estão projetando também o Vale-Refeição, aprovado na
3 no Conselho Universitário extraordinário desta semana. Então, tudo isso alterou aquele
4 comprometimento que tinham no ano passado. O Professor ANDRÉ MARTINS
5 BIANCARELLI enfatiza as vantagens de revisarem a peça orçamentária durante o ano. Sobre
6 a colocação inicial da professora Verónica, relativa à motivação da queda, diz que a principal
7 notícia da revisão orçamentária é a queda muito forte da arrecadação a depender do deflator. O
8 IGP é um pouco enviesado pela variação cambial, mas no IPC e no IPCA a queda foi bem maior
9 do que na época da pandemia. Então se trata de uma queda de arrecadação muito forte, e a
10 pergunta da professora Verónica é sobre a principal motivação desse movimento, que agora
11 está materializado – ele já era perceptível, mas agora está no papel –, se são as mudanças de
12 alíquota ou o nível de atividades. Evidentemente que é uma combinação das duas coisas, e a
13 consideração de cada uma delas é difícil de fazer, acha que não tem uma conta, um percentual
14 que possa ser estabelecido, mas olhando para frente, principalmente para esses números, é
15 interessante refletirem. A LOA é elaborada considerando a arrecadação até julho de um ano e
16 projetada até o final do ano. A mudança de alíquota foi um pouco para frente disso; o Gráfico
17 13 da revisão mostra em agosto de 2022 uma queda muito forte, então, na verdade, a LOA não
18 considera mudança de alíquota. Ao passo que a nova previsão de arrecadação da Secretaria da
19 Fazenda já incorporou o novo cenário de nível de atividade e a mudança de alíquota também.
20 Considera que seja a forma mais correta, porque é o número oficial, mas eventualmente até uma
21 previsão de arrecadação da Secretaria da Fazenda está pensando na receita como um todo. Ela
22 prevê o ICMS, mas sabem que foi proposta, e não sabe se já está efetiva para o Estado de São
23 Paulo, compensação pela mudança de alíquota. Isso é bom, diminui o estrago nas contas na
24 arrecadação do ICMS, mas para a Universidade não vem. Portanto, estão pegando a combinação
25 de dois eventos econômicos bastante adversos: uma queda forte do nível de atividade, uma certa
26 estagnação, até recessão, da economia brasileira nesse período, e uma mudança desfavorável
27 de alíquota. Então, pergunta se o senhor Thiago ou o professor Fernando têm alguma reflexão,
28 nem tanto para prever o futuro, pois concorda com a previsão feita pelo professor Fernando,
29 mas sobre essa régua da LOA, feita em um cenário que mudou rapidamente e não foi só pela
30 desaceleração, foi pela mudança na regra do jogo. A segunda observação é mais sobre a
31 redação: às folhas 04 do texto, no item B, há algumas palavras sobrando, especialmente o trecho
32 “situando-se em média”. E um pouco para baixo, no item E na mesma página, há algumas
33 considerações que vinculam o cenário futuro: “uma reversão da tendência de queda da
34 arrecadação dependerá de fatores internos (aprovação do novo arcabouço fiscal e reforma
35 tributária e fatores externos)”, e sempre ficam no dilema se esse documento deve entrar em
36 considerações de natureza das relações entre as variáveis econômicas. Não discorda do
37 conteúdo disso, realmente a evolução da melhora no cenário econômico brasileiro, que pode
38 impactar no aumento da arrecadação, parece estar vinculada a essas duas propostas de reforma
39 tributária e do novo arcabouço fiscal, mas não sabe qual é o efeito imediato que as duas em si
40 terão sobre o ICMS. Inclusive, a reforma tributária pode ter o efeito de desaparecer com o

1 ICMS, e o arcabouço fiscal aposta muito e depende do aumento da receita, mas não exatamente
2 do ICMS. Houve ontem uma decisão importante do Supremo Tribunal de Justiça que tenta
3 corrigir uma distorção, que é a isenção de ICMS em nível estadual descontada na arrecadação
4 de tributos federais. Ou seja, descontam duas vezes a isenção, inclusive para coisas que não têm
5 nada a ver com a intenção inicial. Talvez possam aprimorar um pouco o texto dizendo que na
6 verdade a melhora do cenário econômico pode impactar na arrecadação, porque da forma como
7 está pode dar a ideia de vincular a reforma tributária a uma melhora no ICMS, o que é muito
8 incerto ainda. Sobre a questão dos juros na aplicação, ficou mais claro para ele na fala do senhor
9 Thiago que a estimativa é que se mantenha, e é um valor significativo de receita própria da
10 aplicação dos recursos, mas há fatores que podem atuar nos dois sentidos. A taxa de juros é e
11 continua sendo muito alta, mas há a expectativa de que ela caia, o que diminui os rendimentos
12 da aplicação. Além disso, à medida que os projetos do PPI vão sendo desembolsados, diminui
13 a reserva, porque estão recebendo juros sobre a parte que já está comprometida e não está
14 utilizada. Percebeu que aumentou um pouco o resultado em relação ao planejado, e pergunta se
15 isso já é efeito daquela mudança da forma de aplicação, se o novo fundo melhorou em termos
16 percentuais, independentemente da taxa de juros de mercado, o rendimento das reservas. É
17 importante também mencionar que o que compensou em parte a queda de arrecadação foi a
18 queda de gastos com pessoal. Estão detalhados no texto os fatores que aumentaram, mas o que
19 diminuiu foi de fato a não efetivação de contratações, e pergunta se promoções também tiveram
20 influência nisso. Tinha sido projetado, de forma correta, um quadro de promoções de docentes,
21 e acha que de funcionários é mais controlada essa previsão porque tem um calendário mais fixo.
22 Pergunta se há um monitoramento de qual porcentagem das vagas docentes já foi utilizada,
23 efetivamente contratada, ou daquele valor total de promoções planejado que já está sendo gasto.
24 E se o calendário unificado para promoções docentes tende a tornar esse número mais
25 previsível, porque nas pautas da Cepe e da CAD há bastante promoção ainda do ano passado
26 sendo efetivada agora, além de ser algo muito desigual entre as unidades. O SENHOR
27 PRESIDENTE diz que é muito difícil realmente separar qual é o impacto da alíquota e do nível
28 de atividade. A ideia é seguir a Secretaria da Fazenda, que tem a capacidade de previsão, mas
29 o professor André levantou um ponto que não trataram aqui, mas já trataram em COPs
30 anteriores, que é essa questão da compensação, que para a Universidade é muito ruim. Uma
31 parte da perda de arrecadação dos estados, particularmente em São Paulo, vem sendo
32 compensada pelo não pagamento, ou pela redução do pagamento do serviço da dívida com a
33 União. Isso para a Universidade é ruim porque sua receita vem da base do ICMS, e essa
34 compensação ao estado não é repassada à Universidade. Em relação aos fatores externos citados
35 no texto, a intenção foi apenas lembrar que há muitos fatores que criam uma incerteza, mas o
36 que está ali citado está longe de esgotar esses fatores internos e externos. Não diria apenas que
37 é apenas o impacto direto sobre ICMS, embora aqui seja o objeto, mas de alguma maneira como
38 isso também permitiria talvez limpar um pouco mais a pauta do Congresso e alguns outros
39 fatores que os interessam diretamente, a começar pela reforma tributária, que poderia avançar.
40 Não tem dúvida nenhuma de que, aprovado isso, haveria um impacto sobre a taxa de juros.

1 Poderiam listar 10 fatores internos, 10 fatores externos para mostrar o quanto há de incerteza,
2 e esses são os que têm tomado mais atenção dos especialistas para pensar o comportamento, a
3 evolução da economia no segundo semestre, mas concorda com o professor André que o efeito
4 não é direto no ICMS, mas foi de mostrar o impacto disso sobre a economia como um todo. Ele
5 também tem razão ao dizer que a taxa de juros joga dos dois lados, embora o componente receita
6 própria e os juros, perto do que seria uma retomada de um nível de atividade em quatro, cinco,
7 seis pontos percentuais, não são nem comparáveis. Certamente teriam muito mais ganho via
8 valor agregado e via ICMS do que o que possuem via taxa de juros, até porque ela realmente
9 tem um impacto muito negativo sobre o nível de atividade. A decisão foi de manter o fundo
10 Tulipa da forma como estava anteriormente, até porque não sabem se haverá uma redução
11 rápida ou não da taxa de juros. Portanto, mantém as aplicações nesse fundo oferecido pelo
12 Banco do Brasil, no fundo moderado e no fundo conservador, onde há pesos diferentes entre as
13 aplicações de renda fixa, mas a pré e pós-fixado. Se chegarem a um acordo de que vai haver
14 uma redução da taxa de juros e ela é imediata, talvez fosse o caso de se reposicionarem
15 rapidamente. Se acham ainda que vai demorar algum tempo para essa redução da taxa de juros
16 ocorrer, a posição mais adequada é a que está atualmente. Então isso só reflete, na verdade, na
17 diferença de 20, 15 pontos que são aquelas operações compromissadas; nessas o banco aumenta
18 um pouco a rentabilidade do fundo. O que é certo é que chegam muito próximos de 100% da
19 aplicação do CDI, então isso os tranquiliza e é o que precisam fazer. Não podem correr risco,
20 mas melhoraram do ponto em que estavam, pois antes das reuniões com o Banco do Brasil
21 estavam um pouco distantes disso. Sobre a questão da contratação e progressão é isso mesmo
22 o que o professor André comentou, e acrescentaria a aposentadoria, que é muito difícil. Fazem
23 a previsão e vão acompanhando, tanto que trazem alguns números no relatório das
24 aposentadorias, que também do ponto de vista do impacto financeiro depende do que estão
25 falando. No caso do quadro Paepe, quando há uma aposentadoria CLT, isso representa uma
26 redução de pressão sobre a folha, mas quando é estatutário não. E isso também vale para as
27 aposentadorias de docentes, que são quase todos estatutários. Então é sim reavaliar as
28 contratações que às vezes acontecem em um prazo mais lento do que estimaram, é reavaliar
29 progressão docente também, que é mais imprevisível para saber quando vai ocorrer, diferente,
30 como o professor André ressaltou, da progressão Paepe, que possui um cronograma mais fácil
31 de projetar esses números. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA resalta que a reserva
32 financeira está bem aplicada, e nos últimos meses estão em uma conversa no sentido de
33 manutenção e de monitorar essa taxa de juros. Se houver uma reversão do cenário, um cenário
34 de queda da taxa de juros, talvez precisem fazer as realocações, verificando o que é melhor.
35 Entendem que para o momento elas estão bem aplicadas. Sobre o pessoal, há exatamente essa
36 dificuldade de contratações, principalmente docentes; no caso de Paepe, há um número de vagas
37 liberadas, mas não sabem exatamente quando cada unidade vai colocar no sistema Solicita,
38 mesmo quando o concurso está aberto. Agora que estão com alguns concursos, até possuem
39 uma previsibilidade de quando vai começar, mas mesmo com o concurso aberto, às vezes a
40 unidade espera um mês e já coloca, às vezes a unidade demora um pouco mais para colocar.

1 Então, o que fazem é verificar essas vagas, distribuir isso durante o ano, verificando como está
2 o cenário em setembro, quando param para olhar isso, e distribuem. Então, muitas vezes
3 imaginam que de x vagas liberadas, 20% das pessoas já vão entrar no sistema, mas isso pode
4 demorar também um pouco. É mais esse o acerto. Não deixam muito claro na proposta, não
5 está detalhada a especificidade de cada concurso docente, somente aspectos mais gerais. Sobre
6 a queda de arrecadação, é claro que o cenário pode melhorar ou piorar, dependendo de
7 aprovações do Congresso, arcabouço fiscal e economia recuperando ou não, então tudo isso
8 pode impactar. Mas entendem que quando foi desenhada a proposta da LOA, por volta de
9 setembro, não havia o arrecadado dos últimos meses além de agosto, tinha somente no primeiro
10 semestre, mas eles já tinham uma projeção de queda de arrecadação por causa da desoneração.
11 Então, quando eles previram os R\$150 bilhões, já tinham essa informação; a questão é que
12 vinham em um crescimento forte de arrecadação, logo que mudaram as alíquotas baixaram um
13 pouco esse patamar e entraram em um patamar de estagnação por volta do terceiro trimestre de
14 2022. E a partir de outubro tem a queda e esse valor abaixa. A Secretaria da Fazenda sempre
15 previa acima nas previsões mensais, então essa queda de outubro talvez eles não estivessem
16 realmente esperando. Não sabem também o quanto tem de jogada política para caberem todas
17 as despesas dentro do orçamento. Estavam seguindo as previsões dos R\$150 bilhões, mas esses
18 três primeiros meses assustaram um pouco e eles reduziram essa previsão. Saiu inclusive uma
19 matéria com o governador dizendo que essa queda de arrecadação já começou a assustar um
20 pouco o Executivo, e eles já estão até pensando em um plano de parcelamento de dívidas que
21 pode gerar impactos na arrecadação, mas é claro que esse impacto pode vir da forma que veio
22 na última vez. Foi em 2019 o último PEP, que teve um impacto pontual de aumentar R\$1 bilhão
23 ou R\$2 bilhões no mês, e depois disso volta. Não sabe se a Secretaria esperava uma melhora na
24 economia, mas parece que ela também foi pega de surpresa com essa arrecadação. O SENHOR
25 PRESIDENTE diz que o Estado de São Paulo, além da redução das alíquotas para os preços
26 administrados na energia, combustíveis, telecomunicações e energia elétrica, também fez uma
27 desoneração para vários setores econômicos. Isso foi entre novembro e dezembro, o que
28 impactou no início da arrecadação também deste ano, e não tem notícias de que o governo atual
29 tenha revertido essas desonerações. Então, são vários aspectos que vão de alguma maneira
30 solapando essa base de arrecadação. Para a Universidade, a única tranquilidade seria
31 efetivamente que tivessem um novo percentual sobre a base de arrecadação total de São Paulo,
32 não somente ICMS, ainda que fosse uma alíquota menor do que os 9,57%, no caso da Unicamp
33 abaixo dos 2,1958%, mas que reunisse toda a base tributária, que certamente oscilaria muito
34 menos do que o ICMS. Tranquilizaria também em uma possível reforma tributária e durante
35 um período de transição, que não sabem como será executado, mas isso depende de uma
36 iniciativa do Executivo, uma iniciativa da Alesp de não apenas mudar a forma de incidência
37 das alíquotas, mas também, o que é o outro pleito antigo das três universidades,
38 constitucionalizar isso da forma como é feito para a Fapesp. Essas duas iniciativas trariam um
39 arcabouço, uma segurança tanto jurídica quanto financeira muito maior, mas ainda estão um
40 pouco distantes dessa situação. Respondendo ao professor André, diz que hoje existem 104

1 processos de concursos de titulares em andamento, e a Aeplan e a PRDU não conseguiram
2 definir quando se darão, se vão acontecer agora no primeiro semestre, se ao longo do segundo
3 semestre. Seria o ideal ter quase que uma informação *on-line*, instantânea do aumento dessas
4 despesas ou desses investimentos na progressão tanto docente quanto Paepe. O Conselheiro
5 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que olhar a revisão agora é dizer que
6 aquele ponto de atenção que foi colocado lá atrás, em 2021, 2022, de que a arrecadação estava
7 aumentando mas não era algo comum agora realmente está se efetivando. Pergunta qual é o
8 ponto limite, porque possuem uma “gordura” ainda no orçamento, embora nos números aqui
9 não apareça, um exemplo é na progressão Paepe, a partir de julho, agosto. Sabem que é
10 calculado um valor a mais anualmente, mas que não é utilizado. Pergunta qual o quadro limite
11 para não precisarem mexer em nada nas despesas da Universidade com a arrecadação caindo,
12 ponderando que a arrecadação possa cair. E pergunta se há uma expectativa de abertura logo
13 dos concursos Paepe, pois há muitos concursos aprovados e poucos concursos acontecendo. O
14 SENHOR PRESIDENTE diz que esses dois pontos são importantes. Acha que hoje vão
15 reconhecer a estratégia bastante coerente que a COP adotou desde o momento em que o senhor
16 Matheus fez referência, da geração de elevados superávits, seja pelo aumento da arrecadação,
17 seja pela proibição de gastos. A decisão da COP foi de criar reserva em cima desse momento
18 ímpar que foi 2021. Geraram essa reserva com quatro destinações, algo discutido intensamente
19 dentro da COP, onde foi aprovado, e na sequência nas instâncias superiores. Primeiro, ter
20 aqueles recursos que chamam de precaução, que são três folhas de pagamento da Universidade,
21 que hoje somam algo em torno de R\$700 milhões, que estão lá reservados exatamente para
22 conviver com momentos críticos, se vier amanhã uma reforma tributária e passarem um período
23 de transição, se houver uma crise, uma queda, possuem esses recursos devidamente separados
24 para isso. Então os tranquiliza muito. O outro aspecto é manter aqueles recursos que já foram
25 distribuídos para os órgãos e que ainda não puderam ser, por várias razões, empenhados,
26 executados, valores hoje um pouco menores do que R\$300 milhões. Fora isso, constituíram
27 dois importantes fundos, um com recursos para a moradia estudantil, melhorando as condições
28 de permanência estudantil na Universidade, e o Plano Plurianual de Investimentos. O valor
29 dessas quatro destinações hoje soma R\$1,789 bilhão, e se descontam os itens 1, 2 e 3, veem que
30 possuem um fundo de reserva importante para investimentos, assegurando recursos para manter
31 a Universidade funcionando, aqueles recursos já distribuídos, e um fundo de reserva para
32 qualquer circunstância especial. Sabiamente fizeram aqui dentro da COP e foi apoiada pela
33 Universidade essa precaução de criarem essas reservas estratégicas. Não sabe qual o ponto
34 ideal, como perguntou o senhor Matheus; hoje estão trazendo uma revisão orçamentária que,
35 apesar de toda a queda, continua mantendo os números equilibrados. Isso é importante, e a
36 depender das decisões que as câmaras superiores tomem na Universidade, de como alocar os
37 recursos; ontem, por exemplo, tomaram uma decisão muito importante que foi a aprovação do
38 acréscimo orçamentário de R\$7 milhões na questão do Vale-Refeição, em virtude da redução
39 do desconto aos funcionários de 20% para 5%. O instrumento como um todo, em 2023, são
40 R\$44 milhões, e se anualizarem isso, chega a próximo a R\$70 milhões. Estão falando aqui de

1 um orçamento RTE da ordem de R\$3,5 bilhões, que foi agora revista para R\$3,300, são dois
2 pontos percentuais. Então são decisões que a comunidade tomou tendo os números muito
3 claros. Então o ponto ideal é, na verdade, sempre ter em mente o que consideram estratégico
4 para a Universidade. No momento, a Universidade achou que o Vale-Refeição era uma questão
5 estratégica e ele foi adotado. Da mesma forma, deram continuidade ao processo de progressão
6 docente e Paepe, entendendo também que essa é uma política de valorização humana
7 estratégica. E assim vão procedendo, sempre medindo o impacto que isso tem sobre os
8 resultados. Não teria como definir um ponto ideal; se de repente os números para o segundo
9 semestre se deteriorarem ainda mais, podem trazer para a COP a possibilidade de buscar uma
10 parte daquelas reservas que estão guardadas exatamente para essas situações de quedas.
11 Possuem o valor equivalente a três folhas, que poderiam usar, mas hoje, por enquanto, não há
12 necessidade, estão ainda com uma previsão equilibrada para o fechamento do exercício de 2023.
13 Considera que a COP tem cumprido um papel importante de tranquilizar e dar essa baliza para
14 as decisões da comunidade como um todo, que se expressam nas demais câmeras da
15 Universidade. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que essa tranquilidade é
16 importante, pois estão trabalhando na manutenção de todas as despesas que já foram aprovadas,
17 tanto dentro da proposta, como do PPI. Acrescenta que além dos quatro critérios fundamentais,
18 ainda possuem recursos livres que ainda não têm destinação específica, portanto conseguem
19 avançar em algumas coisas e nos itens que forem prioritários. A única coisa é que agora talvez
20 precisem olhar com um pouco mais de cuidado para saber qual ajuste e qual investimento vão
21 fazer, mas por enquanto, mantendo essa arrecadação, acha que a Universidade segue
22 tranquilamente seu caminho. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE
23 submete à votação a primeira revisão orçamentária de 2023, que é aprovada por unanimidade.
24 Agradece a todos e todas pela participação na aprovação dessa peça realmente importante de
25 primeira revisão orçamentária. Observa que, mesmo em uma situação complexa de queda de
26 arrecadação e de incertezas no plano interno e externo, a Universidade possui um quadro
27 financeiro bastante consolidado, bastante tranquilo, e é papel desta Comissão levar para as
28 instâncias superiores o maior detalhamento possível dessas informações para a tomada de
29 decisões. Acha que a COP tem feito isso com bastante cuidado. Nada mais havendo a tratar, eu,
30 Aline Marques da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores
31 Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 27
32 de abril de 2023.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 159ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 29 de junho de 2023, sem alterações.